

VIII

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA PESQUISA AMBIENTAL E A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA

A análise da questão ambiental poderá requerer ainda algumas considerações de caráter "conceitual-metodológico", para que, dentro de uma visão "epistemológica", se discuta o problema da atuação "profissional". Estas colocações serão fatalmente cobradas por parte daqueles que acreditam firmemente no status da Ciência e seu prestígio ou privilégio nos Estados modernos e, sobretudo, para quem quer saber o papel do Geógrafo neste caso.

No campo da Geografia e em qualquer país, esta análise obrigará, por certo à lembrança do "determinismo" e a conseqüente idiosincrasia com que as questões ambientais passaram a ser vistas. O tema foi muito bem analisado, nos idos de quarenta, num belo artigo de Robert S. PLATT (1948). Nós mesmos tivemos ocasião de relembrar a questão ao tratar do ambiente urbano no Brasil (MONTEIRO, 1976).

"Ecologia" é hoje a palavra chave da questão ambiental já que as ações antropogênicas sobre a natureza são vistas e cobradas em termos de ruptura do "equilíbrio ecológico". É inegável que a abordagem ecológica — e bastaria lembrar o princípio da complementaridade — é o ponto de partida para o tratamento do problema. Contudo, esta abordagem não é a única, nem tampouco fornece a visão do problema em termos completos, dentro de sua complexidade.

Lembremos que após a proposta de TANSLEY (1935) a concepção biológica de "ecologia" foi estendida às ciências humanas tal como em Ecologia Humana. Num artigo do início da década de quarenta GETTYS insistia em que a ecologia humana deveria livrar-se de sua dependência primária à ecologia orgânica e aproximar-se mais da teoria social. Dez anos mais tarde, tanto na obra de QUINN quanto na de

HOWLEY (ambas de 1950 e ambas intituladas Human Ecology) esta dependência já parecia ter-se confirmado ⁽⁶¹⁾.

O problema é que, tanto sob a perspectiva sociológica e, sobretudo, na geográfica, a noção de "meio" deve ser bem mais ampla.

É necessário lembrar que à noção de "ecossistema", agora encampada por geógrafos, se defronta outra, subjacente àquela visão integrada da totalidade — a "Weltanschauung" que remonta às bases científicas da Geografia na escola alemã. A noção de "geossistema", recentemente formalizada seja na proposta de Geografia Física global de BERTRAND (1968) seja naquela de SOTCHAVA (1972), é mais ampla ⁽⁶²⁾. Do ponto de vista taxonômico bastaria considerar que: se todo geossistema contém ecossistemas a recíproca não é verdadeira. Mas é do ponto de vista da dinâmica de sua organização que esta ampliação se acentua.

Enquanto se confere ao ecossistema uma fatal tendência ao "equilíbrio" (steady state) o homem, contrafeito no seu interior, torna-se um desajeitado e desastrado rompedor desse equilíbrio. Este comportamento, preso aos círculos de uma fatalidade homeostática, não convém à "humanidade", que, parte integrante do "geossistema", entra nele num mecanismo evolutivo complexo que pode ser até cibernético.

E esta é uma concepção que convém mais ao caráter "político", às tomadas de decisão e às mudanças deliberadas; não ao "equilíbrio", mas à otimização funcional do sistema:

"Na verdade não se trata de conseguir um *equilíbrio ecológico* mas sim, pelo contrário, de averiguar quais as formas mais eficazes para um *desequilíbrio ecológico* a longo prazo. O problema não é exterminar a humanidade agora em nome do equilíbrio ecológico mas prolongar nossa capacidade de utilizar os recursos naturais durante o maior tempo possível". (Embaixador Miguel A. Ozório de Almeida — "O mito do Equilíbrio Ecológico").

Como também é aquela visão mais ampla almejada por aqueles que colocam a "humanidade" acima dos rigores exigidos para a Ciência.

"Considerado globalmente o 'meio' tanto compreende fatores de ordem física ou material quanto fatores de ordem econômica e cultural.

(61) Referimo-nos às obras: GETTY, W. E. — "Human ecology and social theory" — SOCIAL FORCES, May 1940 (18): 469-476; HOWLEY, A. — HUMAN ECOLOGY: A theory of community structure. New York, Ronald Press, 1950; QUIN, J. A. — HUMAN ECOLOGY. New York, Prentice Hall, 1950.

(62) A abordagem de SOTCHAVA, partindo dos conceitos de homogeneidade-heterogeneidade nas diferentes escalas é muito mais flexível do que a proposta de BERTRAND vinculando a ordem de grandeza do "geossistema", à quarta ou quinta ordem de grandeza taxonômica das formas de relevo segundo a escala CAILEUX-TRICART.

Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado como uma totalidade. Desse ponto de vista o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em *transformação permanente*.

Igualmente falso é o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente à base da expansão da riqueza material, do crescimento econômico. O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural" (Josué de Castro — "O desenvolvimento: causa primeira da poluição").

Durante estes últimos anos de revolução "teorética" e sobretudo "quantitativa" na Geografia os aspectos "naturais" e as perspectivas ambientalistas foram ainda mais violentamente relegadas. Talvez a própria crise ambiental tenha contribuído à reformulação de certas posições anteriormente tão radicais. Acreditamos que um bom exemplo dessa constatação é encontrado na posição adotada por Brian J. BERRY (1972) quando, ao ressaltar a importância que assumem as mudanças deliberadas e crescentemente tomadas nos sistemas espaciais, ele se reaproxima das perspectivas naturais ou biogênicas na Geografia ⁽⁶³⁾.

Tal reflexão nos conduz ao problema da investigação científica, aos problemas da atualidade universitária e às formações profissionais para resolvê-los.

Nos países desenvolvidos a Universidade debate-se, atualmente, nos complexos problemas de sua reformulação para enfrentar os tempos atuais, onde o impacto dos milagres da tecnologia realça a reputação da Ciência na era pós-industrial. No Brasil este problema assume maior importância ainda. A falta de tradição universitária — de história curtíssima; os elos da dependência cultural; a enorme demanda da população jovem pressionando os muros das Universidades — insuficientes e deficientes — a falta de recursos, enfim, toda essa gama de problemas estaria a sugerir para nós, soluções mais criativas, produzindo "atalhos" para o futuro, em vez de repetir a longa jornada cumprida por outros países no passado.

(63) Esta revisão crítica é formulada no artigo de BERRY, B. J. — Um paradigma para a moderna geografia. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 34 (3): 3-18, julho/setembro, 1972. As idéias básicas aqui apresentadas são complementadas em outro do mesmo ano. BERRY, B.J. — Deliberate change in spatial systems: goals, strategies and their evaluation. The SOUTH AFRICAN GEOGRAPHICAL JOURNAL, December, vol. 54, pp. 30-42.

Discute-se atualmente no Brasil a necessidade de criar, a nível de graduação, em nossas universidades, cursos de Ecologia, com o objetivo de "formar" profissionais para fazer face à questão ambiental.

Num ponto de vista menos ambicioso poder-se-ia dar maior ênfase à "ecologia" criando um outro bacharelado e licenciatura a nível de Instituto de Bio-Ciências (O qual se desmembrou das Faculdades de Filosofia e Ciências). Querer "creditar" a um licenciado em ecologia, dentro de uma formação puramente biológica — com uma escolaridade que o mantém longa parte do tempo debruçado sobre microscópios nos laboratórios — uma capacitação a atuar sobre os "problemas ambientais" é querer o impossível ou uma decorrente superficialidade.

Nem o geógrafo, com todo o ecletismo curricular que lhe é imputado em sua formação, poderia ser um "executivo" ou "assessor" totalmente capacitado a enfrentar toda a complexidade de questões contidas na problemática do ambiente.

O grande problema do aparelhamento da Universidade à vida moderna é a confusão que se estabelece entre formação científica e formação profissional. O ensino superior no Brasil, entre outros males, tem sido muito deteriorado graças:

... "a uma legislação errada sobre regulamentação de profissões, que apenas estabeleceu privilégios especiais para grupos determinados, confundindo-se fiscalização do exercício profissional com o estabelecimento de grupos e delimitações artificiais do campo de ação de cada um, proporcionando-se a proliferação de 'escolas superiores' de várias especialidades e qualidades duvidosas, transformando-se o Diploma Superior em um simples documento necessário para fins puramente fiscais ao mesmo nível da certidão de idade, de casamento (...) enfim, um documento a mais na 'papelada de emprego'" (João Lira MADEIRA — "Situação demográfica brasileira", p. 23).

Seria extremamente lamentável que, como resposta à questão ambiental entre nós, a inescrupulosa indústria da "educação" respondesse com uma avalanche de "faculdades" de fim de semana gerando núvens de "engenheiros ambientais" ou qualquer coisa equivalente.

Os mais variados especialistas das ciências biológicas, da terra, humanas — além naturalmente das ciências exatas, têm sua contribuição a dar. Por isso mesmo parece que, nas Universidades, a experimentação deveria principiar a nível de Pós-Graduação, como uma área de "domínio comum" aberta a vários campos interdisciplinares⁽⁶⁴⁾.

(64) Não só a "questão ambiental" estaria a merecer este tratamento. Também a "questão urbana", o "planejamento territorial", dentre outros temas, seriam excelentes veículos de debates de idéias novas e investigação de problemas convergentes, à condição que não se visse nos estudos de Pós-Graduação apenas a preocupação de titulação acadêmica (diplomas de mestrado e doutorado) para setores disciplinares restritos que, na maioria dos casos, se confundem com os próprios Departamentos.

É inegável o déficit de pesquisadores no país, bastando lembrar que dos 300 trabalhando no INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) seria necessário um número equivalente a quatro ou cinco vezes mais⁽⁶⁵⁾.

Da qualidade da formação científica decorre obviamente a qualidade dos recursos humanos profissionais, necessários ao desenvolvimento do país. De qualquer modo, a ciência e sua contribuição ao problema, não poderá, de maneira nenhuma, substituir o debate, seja a nível da própria ciência seja, especialmente, a nível político. Tal foi uma das conclusões a que se chegou na Conferência Internacional de Jovens sobre o Ambiente Humano, ocorrida em Hamilton, Canadá em agosto de 1971. Advogou-se ali, inclusive, que o *valor* da ciência só se devia medir por seu engajamento ético e que seu *papel* só pode ser discutido num contexto político. A supremacia da tecnologia foi ali denunciada como perigosa.

Mas não deve ser esquecido, que, exatamente graças à tecnologia, vem se querendo injetar um sentido de sacralização à ciência, o que é, igualmente perigoso. O que leva a reflexões sobre Ciência e Sociedade, Ciência e Estado.

Na entrada dessa nova era, já designada como "pós-industrial", é crescente o número de homens da ciência preocupados em ressaltar a tecnologia e a importância da Ciência.

HAUDRICOURT (1964) chama a tecnologia de "ciência das forças produtivas" e lamenta que ela ainda não esteja reconhecida como ciência autônoma. MOSCOVICI (1977) no seu já citado ensaio sobre a história humana da natureza, parte do princípio de que na sociedade hodierna o estudo das relações de produção, até então a tônica, deve ser substituído pelo estudo das próprias forças produtivas. Isto conduz à valorização da ciência expressa pela postulação de advento de uma disciplina nova: a "Tecnologia Política".

Idéia que não difere muito daquela de SOLLA PRICE exposta em "Little Science, Big Science" (1963) em favor de uma "Ciência da Ciência". O peso político das decisões em matéria de esforço e pesquisa científica, o papel desempenhado pelos cientistas, sua formação e suas descobertas, estariam a reclamá-la.

"Il est même possible que, à l'instigation de la Science et des scientifiques, le modèle qu'inspire les conceptions et l'organisation de l'industrie cesse d'être celui de l'armée. adapté à la production des biens, pour devenir celui de l'École, que marque actuellement notre création des talents" (MOSCOVICI — Op. cit., p. 826).

Sob tais perspectivas de supervalorização não tardaríamos a chegar às previsões de Gaston BACHELARD:

(65) Segundo estimativa do Dr. Warwick E. Kerr, então diretor do INPA, em conferência pronunciada na CODEMA em 03-08-78.

"Il n'y a des sciences que par une École permanente. C'est sette École que la Science doit fonder. Alors les intérêts sociaux seraient définitivement inversés: la Société sera faite pour l'École et non pas l'École pour la Société" (Apud MOSCOVICI — Op. cit., p. 526).

A crescente megalomania de uma parte dos cientistas parece justificar o fato de que os filósofos da ciência, previamente concentrados no problema do "método científico", venham dando tanta importância à análise da "prática científica". As recentes contribuições de Karl POPPER, Thomas KUHN e Imre LAKATOS assim o demonstram.

Em sua obra "Against Method", FEYERABEND (1975) demonstra que a ciência não tem sido tão "racional" em "método", quanto alguns se tem esforçado para provar, e também que a "ética" de sua "prática" não a tem tornado tão neutra e pura, quanto pretendem outros.

Segundo ele a Ciência, visando incrementar nossas qualidades profissionais às expensas de nossa humanidade, vem se tornando uma instituição agressiva e dogmática. E isto, contraditoriamente, quando ela ainda se mantém tão próxima do mito, quanto a filosofia está despreparada para admiti-lo ⁽⁶⁶⁾.

Assim como a rejeição ou aceitação de *ideologias* deveria ser deixada ao indivíduo, ou à livre escolha da Sociedade civil, dever-se-ia esperar que a separação entre a Igreja e o Estado fosse complementada pela separação entre Estado e Ciência. Sem que, por isso, deveríamos temer uma queda da tecnologia.

Que Estado e Ciência vêm trabalhando juntos, parece não haver sempre se faz apelo a um dado setor da ciência para impor uma ideologia. Nestes casos, assim como as ideologias foram impostas, muitas tomadas de decisões políticas, baseadas nos resultados de "insuspeitas" pesquisas científicas tampouco foram submetidas a voto ou debate pela sociedade civil.

O grande papel da comunidade científica, em qualquer sociedade, é contribuir para que a *percepção* dos fatos (naturais, sociais, físicos, econômicos, etc.) seja a *mais* próxima da realidade para que as *decisões tomadas* sejam as mais adequadas. Mas, de nenhum modo, o produto da Ciência, em matéria de decisões, elimina o debate político da sociedade. A comunidade científica é um segmento importante, e até mesmo decisivo, em qualquer sociedade moderna, mas sua produção precisa ser entendida pelos outros segmentos da sociedade para que se crie o "consenso" nas decisões nacionais. O que significaria que a ciência e a universidade devem estar voltadas para os valores permanentes da sociedade e não para os efêmeros designios do poder.

(66) Os mitos do "equilíbrio ecológico", do "desenvolvimento" econômico pela dependência às economias de escala, da justiça social através da sociedade uniforme, que tanto se projetam no presente brasileiro, seriam bons exemplos à reflexão.

Parece-nos assim que a maneira de colaborar — como geógrafo ou qualquer outro cientista — é considerar que estas injunções que afetam a ciência enquanto produto final da pesquisa, escapam ao processo inicial de "formação universitária", ou da "educação geral" que prepara o cidadão para o seu papel na sociedade. É preciso refletir-se sobre esse conselho de FAYERABEND:

"Um cidadão maturo não é o homem que foi *instruído* numa ideologia especial, ... e que agora carrega esta ideologia com ele como um tumor mental. Um cidadão maturo é uma pessoa que aprendeu como optar e que, então, *decidiu* em favor do que ele pensa que lhe convém melhor. Ele é uma pessoa que tem uma certa firmeza mental (não sucumbe ante o primeiro cantor de ideologia de rua que encontra) e que, além disso, é capaz de escolher *conscientemente* o negócio que lhe parece mais atraente, em vez de se deixar engolir por ele. Preparando-se para esta escolha ele analisará as principais ideologias como *fenômenos históricos*, e considerará a ciência como um fenômeno histórico e não como única meio razoável de abordar um problema".

Talvez possamos substituir o termo "cidadão" por "Estado". O que seria um bom apoio às conjecturas finais sobre os aspectos brasileiros da questão ambiental.

IX

AS RAÍZES HISTÓRICAS DA QUESTÃO E ALGUMAS INFERÊNCIAS

Um dos problemas cruciais ao entendimento da questão ambiental no Brasil é desvendar os elos da complicada engrenagem da dependência. Os aspectos gerenciais — estrutura de poder político e econômico — sobre a sociedade que, estratificada desarmonicamente, vive de recursos advindos do seu trabalho sobre o seu espaço territorial, revelam ainda hoje, e de modo bem nítido, a emergência do estatuto colonial no país.

A despeito do século e meio de independência política, a marca da metrópole e do passado colonial estão ainda bem presentes. São as fortes "raízes" que sustentam a "nação" que pretendemos ser por toda essa trajetória de aprendizado da independência.

Vários autores, sob diferentes ângulos, já apontaram os fatos essenciais. Embora, como via de regra, uma indispensável trama de relações seja sempre estabelecida, ou tentada, parece-nos que essas relações devam ainda ser projetadas com maior ênfase ao espaço geográfico — a *terra*, para que possamos encontrar na globalidade do problema brasileiro a verdadeira dimensão de "ambiente".

No panorama das Américas em geral e, muito especialmente no da América do Sul, sempre chama a atenção o contraste entre a fragmentação das colônias espanholas e a grande extensão e unidade da portuguesa.

Embora explicada sob vários ângulos e por vários autores os aspectos interpretativos fundamentais foram expostos, desde 1936, por Sérgio Buarque de HOLLANDA na sua obra "Raízes do Brasil" (67):

(67) Especialmente no capítulo IV: O Semeador e o Ladrilhador.

"... o empreendimento de Portugal parece tímido e mal aparelhado para vencer. Comparado ao dos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial, repetindo assim o exemplo de colonização da antiguidade, sobretudo da fenícia e da grega; os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu. Se não é tão verdadeiro dizer-se que Castela seguiu até o fim semelhante rota, o indiscutível é que ao menos a intenção e a direção inicial foram estas".

Enquanto os espanhóis procuravam o interior e restringiam-se no litoral aos escoadouros indispensáveis, os portugueses acercaram-se da marinha resguardando o interior. Os primeiros fundaram, logo de início, universidades nas colônias (São Domingos, 1538; São Marcos (Lima), 1551) preocupação que os portugueses nunca tiveram. Embora houvesse Faculdades — a começar pelas de Direito — nossas "Universidades" se instalariam, só na República, a partir de 1934.

As terras do Brasil passaram por toda uma sucessão de diferentes formas de organização econômica: feitorias para coleta do pau-brasil, engenhos de açúcar, demarcação diamantina, etc.

"Mesmo em seus melhores momentos a obra realizada no Brasil pelos portugueses tem um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização.

Pouco importa a nossos colonizadores que seja frouxa e insegura a disciplina fora daquilo em que os freios podem melhor aproveitar, e, imediatamente aos seus interesses terrenos. Para isso contribuía também uma aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência.

Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre, coordenadas umas às outras, a traçar, de ante mão, um plano para segui-lo até o fim. Raros os estabelecimentos por eles fundados no Brasil, que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio" ... "atitude tateante e perdularia".

As normas coloniais rígidas dos castelhanos, a obsessão da uniformidade e da simetria era o reflexo de uma carência de unidade na própria metrópole — etnicamente complexa, pela aglutinação de várias nações ibéricas reduzidas aos estilos e leis de Castela. O pequenino Portugal, dotado de apreciável homogeneidade étnica, já realizara sua unidade política desde o século XIII, antes de qualquer outro estado europeu moderno.

Em Portugal, já concretizada a concepção do "nacional", era fácil a explicitação daquela de "poder" que, pairando sobre tudo, dava-se ao luxo dessas aparências de "liberalidade", "realismo", "naturalismo"...

"Explica-se como, por outro lado, o natural conservantismo, o deixa-estar — o "desleixo" — pudessem sobrepor-se tantas vezes entre eles à ambição de arquivetar o futuro, de sujeitar o processo histórico a leis rígidas, ditadas por motivos superiores às contingências humanas.

Restava, sem dúvida, uma força suficientemente poderosa e arraigada nos corações para imprimir coesão e sentido espiritual à simples ambição de riquezas".

Para isso a solução era obtida pela íntima aliança entre o poder temporal, da coroa portuguesa, e o poder espiritual, da Igreja, fornecendo o precioso alibi de que a catequese e conquista de novas almas para o céu, justificava a obtenção das riquezas da terra.

Dai a transmissão de uma impalpável mas onipresente e sacralizada noção de "poder nacional" que paira sobre tudo. Que assegura a unidade na independência, mantida sem conflitos internos, como nas fragmentadas ex-colônias espanholas⁽⁶⁸⁾.

O "poder" fortemente estruturado sob forte princípio hierárquico escoa facilmente do político ao econômico. As terras do Brasil são exploradas em seus variados recursos através de uma hierarquia que precede à formação da própria sociedade.

Os "colonos" — funcionários executantes do empreendimento colonial — não são dissidentes do velho mundo, reunidos e coesos, na determinação de construir em terras da América do Norte um mundo melhor para eles. Passando a limpo uma maneira de explorar a terra e viver, conservando vantagens e relacionando, eles mesmos, novas estruturas sociais e políticas, banindo a opressão da qual fugiam. Aqui são antes trânsfugos, degredados, aventureiros que subjagam os índios e posteriormente os escravos africanos, sob os cânones da exploração da terra e às vistas dos funcionários da metrópole. Nessa corrente hierárquica, o poder se transmite, sempre, de cima para baixo.

Esta idéia um tanto abstrata mas, sem dúvida, forte, que emana "de cima", consegue atravessar toda nossa curta evolução histórica, a despeito das sucessivas e aparentes metamorfoses por que tem passado — da transmigração da família real com a corte no Rio de Janeiro, à Independência, pelos dois Reinados e inclusive através da República. O cerne do princípio da autoridade superior e da negação da idéia de "povo" — alienado, não participante do jogo das opiniões e das

(68) Na vizinha Argentina, a independência seria seguida por uma guerra civil de cerca de meio século.

decisões, mesclando as suas penas com os momentos frenéticos de danças e cantos sob o cenário tropical em destruição progressiva — marcará toda a sociedade em formação.

As primeiras gerações de “brasileiros”, seja nas expansões pelo Nordeste Açucareiro — após as lutas contra os holandeses, no período do domínio espanhol, seja com os bandeirantes — em sua grande expansão a partir do Planalto de Piratininga, a exploração das riquezas da terra sempre veio antes de qualquer demonstração de “colonização” harmoniosa implantada no ambiente, visto sempre como “mercadoria” para arrancar e exportar.

O progresso da colonização e auferição dos lucros só serviu para acentuar cada vez mais as diferenças entre “elite” e o “povo” (o aparecimento das classes médias, além de tardio e extremamente complexo, será função da urbanização). As comunidades rurais mais fixas, de sentido mais “organizado”, só vêm se constituir com a colonização européia (não Ibérica), estabelecida no século passado, especialmente no Brasil Meridional.

Como foi demonstrado por Raymundo FAORO (1958) em sua obra, já clássica, “Os Donos do Poder”, os estamentos políticos que nos regem geraram estruturas sociais profundamente arraigadas à mentalidade colonial que herdamos e nela permanecemos, resistindo ainda hoje, aos desafios e às transformações que se fazem necessárias.

Mas necessárias a quem? A quem trabalha ou a quem decide? A noção de “poder” nacional é cada vez mais forte enquanto a sociedade civil permanece não definida. A confusão entre as noções de “poder”, “Estado”, “Sociedade”, “cidade-cidadão”, reflete a distância que ainda separa o “poder” e o “povo”.

Um sintoma que parece bem expressar esta oposição é aquele demonstrado pelo brasileiro comum em relação à noção de poder. O “poder”, manifesto pela idéia de “Governo”, é qualquer coisa, comumente sentida mas altamente ambígua. É qualquer coisa que, no geral, tememos mas, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, em qualquer situação particular, queremos burlar em suas determinações e, se possível, lesar a sua “propriedade”. O sentimento de “cidadania”, de ser “contribuinte” da riqueza do Estado, tem sido absolutamente tênue ou inexistente. A capacidade de “reivindicar direitos” não percebida, pelo abstrato da Sociedade, reforça a autoridade concreta do poder.

Este tipo de estrutura social permite ao “poder” o domínio completo especialmente naquilo que se refere à economia, à exploração da terra e às decisões sobre o meio natural.

FAORO (1958) ressalta um fato fundamental para o entendimento da “Questão Natural” entre nós. O “desleixo” a que relegamos a natureza e a ambiente dela derivado, de acordo com que diz sua tese, também pode ser interpretado como uma decorrência do desempenho

de um patrimonialismo estatal que, desde a colônia, está de olhos voltados para a especulação, o lucro e a aventura.

E nessa aventura, nunca faltou o concurso de exploradores das mais variadas nacionalidades e procedências.

Neste mister, a metrópole portuguesa, ao contrário do exclusivismo dos castelhanos agiu com “relativa liberalidade”, abrindo as terras brasileiras à livre entrada de estrangeiros.

“Inúmeros foram os espanhóis, italianos, flamengos, ingleses, irlandeses, alemães que para cá vieram, aproveitando-se dessa tolerância. Aos estrangeiros era permitido, além disso, percorrerem as costas brasileiras na qualidade de mercadores, desde que se obrigassem a pagar dez por cento do valor das suas mercadorias, não traficassem com os indígenas. Essa situação prevaleceu, ao menos, durante os primeiros tempos da colônia. Só mudou em 1600, durante o domínio espanhol, quando Felipe II ordenou fossem terminantemente excluídos todos os estrangeiros do Brasil” (Sérgio Buarque de Holanda; Raízes do Brasil, p. 74).

Ao nos fazermos um Reino Independente — independência esta proclamada pelo próprio príncipe português — sob os auspícios e mediação da Inglaterra (que controlava a própria metrópole e agora achava mais rentável apoiar nossa autonomia) — tivemos militares estrangeiros (Lord Cochrane, por exemplo) colaborando na efêmera rebeldia das guarnições luzitanas. No Segundo Império a entrada de colonos europeus, em comunidades agrícolas (alemães, italianas) foi completada após a abolição da escravidão pelos fluxos dirigidos às fazendas de café (principalmente italianos). Junte-se a estes os contingentes japoneses, hoje de peso considerável especialmente em São Paulo, além de outros estoques étnicos.

Tudo isso parece demonstrar que não há um sentimento de xenofobia entre nós e, talvez mesmo, haja um hábito arraigado em conferir ao estrangeiro crédito de melhor capacitação, respeito e, por isso tudo, estima ⁽⁶⁹⁾.

Outra faceta significativa da autoridade colonial e das decisões de cima para baixo é uma indisfarçável timidez, certa falta de iniciativa, uma tendência a tudo esperar “do Governo”. Foi preciso que se aumentasse o estoque de imigrantes para que, de novos brasileiros de raízes adventícias, fossem ampliadas as ainda tímidas tentativas pioneiras que se esboçavam para a industrialização, e partissem mais ousadamente para ela ⁽⁷⁰⁾.

(69) Veja-se a recente onda de protestos contra as medidas restritivas impostas pelo Governo através do novo Estatuto dos Estrangeiros.

(70) Veja-se a propósito do papel do empresariado de origem imigrante o trabalho de Armen MAMIGONIAN: O Processo de industrialização em São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, 50, março de 1976: 83-102.

Com isto se constituiu, como prolongamentos do "liberalismo" do colonizador inicial, uma certa abertura e predisposição em aceitar a presença de corporações estrangeiras. Presença que é particularmente efetiva no panorama industrial, de tal modo que não há brasileiro vivo que não tenha sido alimentado em criança com leitelhos — que ainda não use sabonetes e dentifrícios e que não ouça discos que não sejam produzidos por multinacionais. O que mostra que não é o "modelo econômico" vigente no atual sistema que inaugurou o problema. É antes o resultado de uma caprichosa evolução que apenas se ampliou — em coerência com o próprio desejo de integrar-se mais ativamente (via exportações) na economia de mercado.

Uma sociedade em formação, extremamente complexa em sua composição étnica, está, desde suas raízes, impregnada de complexos de perda, frustração, ou — para usar uma palavra chave da nossa língua — de "saudades". Saudade da Europa, de onde se veio degredado ou atraído pela fortuna fácil. Saudade da África, de onde se foi arrancado, posto em grilhões nos porões infectos dos navios negreiros e transplantado como escravo para um outro mundo. Saudade do autóctone, pela liberdade perdida, do viver das tribos indígenas desalojadas, perseguidas e subjugadas pelos estrangeiros que lhes extraem até suas crenças e lhes impõe um novo Deus.

Como pode ser olhada por esta gente a *terra*, a *natureza*? Para o europeu não há sequer o ciclo repetitivo das estações, opositor dos labores do verão ao inverno, e indutor do "civilizado" hábito da "poupança".

O índio nativo — a julgar pela boca do caboclo amazônico de hoje, e seu herdeiro mais próximo — admite que a natureza é tão dadivosa que o mal que se lhe faz durante o dia, ela regenera à noite. O que é certamente válido a seu nível técnico de exploração.

Para o alienígena, o que importa é dela extrair o maior volume possível de riqueza para a "coroa" ou para si próprio.

Cultivam-se sobre a exuberante natureza tropical os convenientes estereótipos de "celeiro do mundo", de recursos inesgotáveis e outros aspectos megalomaniacos do pensar brasileiro, que são os álibis para um impacto econômico de ação nitidamente centrífuga.

Enquanto a massa se mistura e sincretiza seus traços culturais num complicado e lento processo, a elite européia ou europeizada, que a ela se superpõe e dita as regras do jogo, impõe os valores e os hábitos que são aqui reproduzidos ou arremadados.

É uma coincidência bem expressiva, aquela de que só ao comemorarmos o nosso primeiro centenário da Independência — 1922 — tenha havido a primeira reação séria para assumir nossa condição de "brasilidade": a Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Em 1928 surge o primeiro grande mito brasileiro: o Macunaíma, na rapsódia de Mário de Andrade, um herói "sem nenhum caráter".

Sérgio Buarque de Holanda, afirmava na finalização de "Raízes do Brasil" que estávamos entrando, naquele instante, na fase aguda da crise da decomposição da sociedade tradicional. Comentando aquela importante obra, Antonio Cândido acrescenta:

"O ano (da edição de Raízes do Brasil) era 1936. Em 1937, veio o golpe de Estado e o advento da fórmula ao mesmo tempo rígida e conciliadora, que encaminhou a transformação das estruturas econômicas pela industrialização. O Brasil de agora deitava os seus galhos, ajeitando a seiva que aquelas raízes tinham recolhido" (Antonio CÂNDIDO: "O significado de Raízes do Brasil", prefácio à 7ª edição da obra, pela José Olympio Editora).

Entre "rigidez" e "conciliação" ⁽⁷¹⁾ têm decorrido esses últimos cinquenta anos (1930-1980), de vida brasileira onde, em efervescência, tem-se perseguido novos rumos para substituir aquela "sociedade tradicional".

Quando a população urbana ultrapassou a população rural, evidenciando que o cerne da vida brasileira deixara de ser a fazenda para firmar-se na cidade, exatamente aí nesse momento ocorreu a crise onde a agitação das questões nacionais foi reprimida em nossa derradeira fase de "rigidez".

Todos esses anos são perpassados por uma angústia na fração pensante da sociedade, ainda uma pequena elite, em busca de respostas a essa crise de identidade e desejo de afirmação. Todo esse painel foi pintado com a clareza que tal complexidade permite, por Carlos Guilherme MOTTA (1977) em sua obra "Ideologia da Cultura Brasileira" (1933-1974), ficando bem claro que a procura desesperada para identificar a "cultura" se confunde com a própria indefinição da "nação" em seu sentido pleno.

Sobre as nossas raízes e além do tronco arbóreo de nossa evolução (mais visível, posto que maciço) há toda a trama complexa da copa, mais recente.

A análise minuciosa desse período mais próximo é extremamente importante para que se avalie a presença constante, ainda que de forma velada, da crise de identificação com a natureza, acompanhando aquela maneira de "expressão" da sociedade — a crise da cultura.

É nesse momento de aglutinação (verdadeira implosão) urbana, onde a difusão das idéias e a crescente facilidade dos meios modernos de comunicação facilitam o fomento das idéias e o debate, que se pode

(71) Os epítetos de "rígido" e "Conciliação" tão bem usados por mestre Antonio CÂNDIDO podem ser bem ilustrados pelas epígrafes escolhidas por Oduvaldo Vianna Filho para a apresentação de sua peça teatral "Rasga Coração": "Não queremos, não aceitamos nada, absolutamente nada do que está aí. Temos que reformar tudo, da cabeça aos pés" (Oswaldo ARANHA — antes da revolução de 30) "Não se faz o que se deseja mas o que se pode" (Getúlio VARGAS — depois da revolução de 30).

perceber, nos mais variados setores da cultura, uma convergência para o grande problema:

"Não temos passado, mas apenas presente e futuro. O nosso desenvolvimento não decorre de um impulso que esteja atrás de nós, de uma força que venha se expandindo através dos séculos. Somos puxados. E porque essa força impulsora não está no passado, ela também não está dentro do país, mas fora. É o drama de todo país colonizado. É uma contradição na consciência dos povos subdesenvolvidos. Necessitamos do novo, do moderno, e no entanto sentimos que ele nos ameaça, nos dissolve — ele é a libertação e a submissão ao mesmo tempo, ele se chama desenvolvimento e imperialismo. E, no entanto, só o desenvolvimento permitirá a criação, dentro do país, daquele motor impulsor que nos fará sentir-nos donos de nossa própria história — e não "condenados" a ela" (FERREIRA GULLAR — Revista de Cultura Brasileira, nº 15, p. 252).

Assim, o subdesenvolvimento no concerto das nações, vê-se naquele estado de polaridade entre as tendências autoafirmativa e integrativa, analisado por Arthur KOESTLER (1969). Ele explica que, em seus aspectos teóricos não precisaria ser associado a nenhum dualismo metafísico, podendo ser encarado como uma simples aplicação da terceira Lei do Movimento de Newton (ação e reação) nos sistemas organizados. E entre as imagens freudianas de Eros e Tanatos, Koestler acrescenta Janus. Sob este ponto de vista enquanto Eros produto do integrativo — se opõe a tendência auto afirmativa do destrutivo Tanatos, Janus — entidade bifacial — emerge como um símbolo da polaridade dessas duas propriedades irredutíveis.

Deve-se notar que o papel de Janus, a partir da imagem mecanicista emprestada de Newton, não seria dialético nem recíproco, mas antes

"aquela *coincidentia oppositorum* que é, inerente às hierarquias abertas da vida" ⁽⁷²⁾.

(72) As referências aqui feitas a *dialética* e *reciprocidade* relacionam-se ao comentário que Carlos Guilherme MOTA (op. cit., pp. 236-237) faz à tese levantada por Ferreira no capítulo III do ensaio "Vanguarda e Subdesenvolvimento". A transcrição feita por Mota na p. 237, bem como aquela que aqui tomamos por empréstimo páginas atrás, demonstram que, ao tratar da questão no campo da Estética, o poeta e ensaísta Ferreira Gullar, acentua o conflito (conflito este que poderá ser encontrado se tratarmos de ciência, ou outro qualquer ramo do conhecimento). Mas quando mais adiante (p. 239) MOTA analisa outro ensaio de Gullar ("Problemas Estéticos da Sociedade de Massa") crítica o esquematismo de Gullar que "não levou em conta que a sociedade de massa, em capitalismo periférico, freqüentes vezes tem levado a *fechamento* (grifo nosso) — numa visão dualista e em etapas do processo econômico e cultural", parece estar de acordo com a idéia de que a "*coincidentia oppositorum*" não pode se expressar por "rigidez" conceitual, mas (como o próprio comportamento dos seres organizados) com a flexibilidade necessária a adequar as estratégias permissíveis aos cânones estabelecidos.

Entre as relações do "nacional — internacional" e as contradições internas do nacional, todo esse conjunto de estratificados níveis de organização requerem uma organização hierárquica aberta. As duas faces de Janus servem a que uma, olhe para fora como parte do conjunto, e outra para dentro, como um todo.

E aqui a idéia pode ser aplicada (como fundamento teórico que é) a vários campos. A identidade política pode ser tomada segundo o mesmo raciocínio adotado para a identidade da obra de arte. E mesmo para a questão ambiental, que também transcende dos elementos nacionais para o conjunto internacional. Isso nos leva a emprestar do discurso de FERREIRA GULLAR, guiado pela análise de Carlos Guilherme Mota, os trechos seguintes:

"Esta visão concreta da realidade internacional é que nos permite compreender que agir no âmbito da realidade nacional, é, dialeticamente, influir na realidade internacional e contribuir para modificá-la".

"Clamar em países subdesenvolvidos, pelo estudo e conhecimento de sua própria realidade não é, como se pretende fazer crer, freqüentemente, uma atitude retrógrada ou antiinternacionalista mas, pelo contrário, a verdadeira atitude internacionalista" (Gullar — "Vanguarda e Subdesenvolvimento", p. 66, citado por MOTA — Op. cit., p. 237).

Para um tipo de relação, em organização aberta, é necessário que os diferentes níveis das estruturas estejam aptos a exercer a ação de filtro dos fluxos inconvenientes, emanados dos níveis externos (ou superiores) e, ao mesmo tempo, de freio dos inconvenientes detoados aos níveis internos (ou inferiores).

Mas parece evidente que, tanto a nível nacional quanto internacional, estamos longe desse grau de "organização", prevalecendo antes, em ambos, um desequilíbrio flagrante pela predominância dos fluxos de pressão externa, superiores.

Na própria Conferência de Estocolmo, ficou bem claro que, para um entendimento universal sobre a questão, seria preciso uma mudança considerável nas atitudes e nos critérios de valor, sendo necessário um reexame das prioridades sociais. Só novas formulações econômicas internacionais possibilitarão associar a harmonia das questões sociais e melhores termos de relação entre o Homem e seu ambiente terrestre.

O Dr. Berry Commoner ⁽⁷³⁾, por ocasião da Conferência de Estocolmo declarava que:

(73) O Dr. Berry Commoner, então professor de Botânica na Universidade de Washington, em Saint Louis, Missouri foi, naquela conferência, convidado oficial e não delegado do Governo dos Estados Unidos.

"Quanto às decisões a serem tomadas, não creio que sejam suficientes acordos internacionais limitados. Os povos do mundo, esclarecidos, vão exigir soluções dos seus governos. A verdadeira revolução ecológica partirá das massas".

Isto significa que os povos subdesenvolvidos — e as classes injustiçadas dos países ricos — não aceitam as medidas de contenção ao uso do ambiente, por verem nesta sugestão uma nova astúcia dos abastados para mantê-los em sua miséria.

A idéia de "massas" entre nós tem um significado especial. Já que os contingentes de analfabetos e famintos são consideráveis em nossa composição social o problema fundamental é eliminar — pela integração a que faz jús pelo mais elementar dos direitos humanos — essa condição iníqua.

Não há quem deixe de reconhecer na falta de educação dos "marginais" um dos fatores dos ataques à natureza. Mas é preciso lembrar que, como marginais de todas as formas de ação econômica, eles não possuem terras nem tomam decisões sobre ela. Sua preocupação básica é a de sobreviver. Que respeito ou preocupação com a natureza pode ter quem está faminto e ignorante?

O reconhecimento do "povo", o soerguimento econômico das massas, não são apenas medidas de justiça social mas, também, uma via para ajudar que o ambiente terrestre seja respeitado devidamente.

X

NOVAS DIREÇÕES, PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS

Durante o último período de rigidez e fechamento do sistema político brasileiro — onde a intensidade das formas de contestação desembarcaram na edição do Ato Institucional nº 5 (de 13 de dezembro de 1968) — a questão ambiental veio ganhando terreno quer pelo número de adesões, quer pelo grau de interesse despertado junto à opinião pública.

Nesse sentido o desenvolvimento dessa questão ecológica atingiu o seu ápice no momento em que — no final de 1978, início de 1979 — acirraram-se os ânimos a propósito da floresta amazônica e quando, coincidentemente, o novo Governo principiou a abertura política ⁽⁷⁴⁾.

Um rápido balanço pode registrar apenas algumas pequenas vitórias locais. A luta para afastar da reserva de matas de Caucaia do Alto o projeto de implantação do novo aeroporto da cidade de São Paulo (nível municipal); a rejeição do projeto de instalação da fábrica de celulose da Braskraft no alto Paranapanema (nível estadual); a proibição da pesca da baleia em nossas águas territoriais a partir de 1981 (nível nacional), podem ser apontados, dentre outros, como alguns sinais positivos na questão ⁽⁷⁵⁾. A parada para reexame dos "contratos de risco" ou exploração das florestas "de manejo" na Amazônia e da política de desenvolvimento da Amazônia, criou um "suspense" sobre aquela questão de fundamental importância.

(74) Após a instalação do novo governo João Figueiredo houve a anistia — senão irrestrita pelo menos implicando a volta do exílio de dezenas de militantes e líderes políticos, a revogação do Ato Institucional nº 5 e a reforma partidária.

(75) Há uma enorme pressão contra a proibição da pesca da baleia. Especialmente praticada no Estado da Paraíba, por concessionária japonesa, ela será anulada ou prorro-gada em nome dos «prejuízos sociais» nela implicados.